

AS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DE CAIO PRADO JR. E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

THE MARXIST INTERPRETATIONS OF CAIO PRADO JR. AND FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Luísa Calvete Portela Barbosa †

Resumo: Este trabalho busca situar as análises de Fernando Henrique Cardoso e de Caio Prado Júnior dentro das perspectivas marxistas de interpretação do Brasil, destacando-se as especificidades de cada autor e suas obras. Assim, busca-se incorporar a discussão sobre as interpretações marxistas desenvolvidas no Brasil e as discussões que as permeiam, como o papel da industrialização, o desenvolvimento e a autonomia do país. Em um primeiro momento, delineiam-se as ideias de Prado Jr., um dos grandes autores da chamada Geração de 30, considerado o primeiro autor a trazer a dialética marxista para as análises da história brasileira, a partir de uma tentativa de retomar o marxismo clássico. Em seguida, traz-se o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, o qual busca no marxismo uma inspiração para a criação de uma nova teoria da dependência, originando nova perspectiva ao entendimento da posição do Brasil no cenário internacional e do empresariado brasileiro nessa dinâmica. Nesse sentido, intenta-se traçar uma comparação de cada autor entre si e com as visões associadas à sua época, trazendo, assim, a inovação e colaboração de cada um para as interpretações marxistas brasileiras.

Palavras-chave: Marxismo. Caio Prado Júnior. Fernando Henrique Cardoso. Brasil.

Abstract:

This paper seeks to situate the analyses of Fernando Henrique Cardoso and Caio Prado within the Marxist perspectives of interpretation in Brazil, highlighting the specificities of each author and their works. Hence, we seek to incorporate the discussion on the scope of Marxism in Brazil, and the discussions that permeate it, such as the role of industrialization, development, and autonomy of the country. At first, Prado Jr's ideas are outlined, one of the great authors of the so-called 1930s Generation, and regarded as the first author to bring the Marxist dialectic to the analyses of the Brazilian history, from an attempt to return to the classic Marxism. Subsequently, we bring the thought of Fernando Henrique Cardoso, which seeks in Marxism an inspiration for the creation of a new Dependency theory, providing a new perspective to the understanding of Brazil's position in the international scenario, and the Brazilian entrepreneurs

† Bacharel em Relações Internacionais pela ESPM-SUL. Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq "Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey)".

in this dynamic. Innovative, both authors move away from many theses in vogue both in the academia and in the PCB [Brazilian Communist Party], creating a new interpretation of Brazil. In this sense, there is an attempt to trace a comparison between each of the authors, and with the views associated with their time, thus bringing the innovation and collaboration of each of them for the Brazilian Marxist interpretations.

Keywords: Marxism. Caio Prado Júnior. Fernando Henrique Cardoso. Brazil.

1 Introdução

Fazendo uso da dialética marxista, e dentro de contextos históricos distintos, Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso expuseram interpretações sobre o Brasil relevantes até os dias atuais. O primeiro autor analisado é Caio Prado Jr., de maneira a trazer uma perspectiva histórica da evolução das visões marxistas brasileiras. Este autor será o primeiro a introduzir a dialética marxista clássica na análise histórica do Brasil. Negando as ideias de etapismo e valorizando a volta ao concreto, Prado Jr. se distancia do PCB, ao mesmo tempo em que se aproxima de Marx. Com ideias polêmicas à época, como negação da necessidade de reforma agrária para o desenvolvimento e valorização do papel das classes em detrimento das raças, este autor se posiciona de maneira bastante crítica às teses em voga.

Inspirado por Caio Prado Jr., na década de 1950, Fernando Henrique Cardoso, junto com Enzo Falleto, vai escrever a Teoria da Dependência criticando diretamente os adeptos da Teoria do Imperialismo. Dentro de um contexto histórico diferente, Cardoso tenta mostrar por que o Brasil crescia e ampliava seu parque industrial, apesar da flagrante dependência em relação aos países centrais. Assim como Prado Jr., Cardoso vai descrever o comportamento da burguesia nacional como incompatível com a ideia vigente do PCB de vocação histórica para liderar a revolução que tiraria o Brasil de sua condição feudal. Cardoso, assim como Caio Prado Jr., não vê o país como feudal, mas, diferente deste, vê na industrialização um caminho factível para o desenvolvimento do Brasil. Se, para Caio Prado, a autonomia do Brasil era condição essencial ao desenvolvimento da nação, FHC coloca o desenvolvimento econômico como principal fator relegando o princípio da autonomia ao segundo plano, já que o que deveria ser vencida era a condição de subdesenvolvimento.

Assim, a partir de duas perspectivas marxistas, criam-se duas vertentes de interpretações do Brasil as quais tentam resgatar a formação social e econômica do país. Cada uma insere-se dentro de seu contexto histórico de maneira clara, tentando responder às questões de sua época. Apesar de a primeira focar-se na construção do Brasil e a segunda, na modernização acelerada dos anos 1950, encontram-se convergências dentro dessas visões as quais possuem como contraponto a visão marxista do PCB.

2 A interpretação de Caio Prado Jr.

Caio Prado Jr. é um dos principais representantes da chamada Geração de 1930, inaugurando uma nova fase das interpretações do Brasil em meio à crise da hegemonia agroexportadora

e início do Estado Novo. Nesse contexto, a grande questão a ser desvendada era o destino do Brasil, se este seria mais próximo da Rússia de Stálin ou da Itália fascista. Conforme Antonio Candido (1978) descreve, *Evolução Política do Brasil* (1933), de Prado Jr., junto com *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, marcariam essa geração, havendo entre os livros um sentimento de completude de um com outro. Segundo Candido (1978), Freyre (1933) introduz a importância do negro a partir de uma análise influenciada pela antropologia norte-americana; Buarque de Holanda (1936), a partir de uma base weberiana, descreve a relação primária entre os brasileiros, impedindo a democracia; Prado Jr. (1942), por sua vez, inaugura o materialismo-histórico marxista, trazendo a perspectiva das classes (FONSECA, 2007).

Contudo, dentre esses autores, Caio Prado Jr. foi o que recebeu menos prestígio, sendo muito criticado pela sua análise de viés marxista – que perde fôlego pós-queda do muro de Berlim –, sendo acusado de “economicista” (RICUPERO, 1998). Entretanto, o marxismo de Caio Prado Jr. é o que lhe garante importância, dado que fora duramente criticado pelo próprio PCB e por um de seus maiores expoentes – Nelson Werneck Sodrê –, sendo chamado de reacionário. Apesar de ser filiado ao Partido, Prado Jr. gozava de certa autonomia ante as visões leninistas que o Partido apoiava. O autor era crítico desta ideia muito defendida por Sodrê, chamada por ele de etapista, rígida e vulgar (PRADO JR., 1966). Conforme lembra Reis (1999), o autor defende que “‘O marxismo brasileiro era stalinista’, desespera-se. Os fatos eram vistos não como são, mas como ‘deveriam ser’, à luz do que se passou em outros lugares e dos clássicos mal interpretados” (REIS, 1999, p. 3).

De acordo com Ricupero (1998), o marxismo e a América Latina possuíam quase um efeito de repulsão entre um e outro, dada a dificuldade de se destacar os traços fundamentais constitutivos da realidade latino-americana, causando confusão entre latinos e marxistas europeus. Pode-se dizer que havia duas possibilidades de interpretações do marxismo: a primeira, muito influenciada pela III Internacional, acreditava no sentido histórico pré-determinado das coisas, portanto, adaptações eram desnecessárias, dado que a teoria – supostamente – condizia com a realidade; já a segunda acredita nas especificidades e prima pela adaptação, correndo o risco de que a teoria clássica se perca. Caio Prado Jr. começa situando o Brasil dentro da teoria clássica, mas, já na década de 1960, frente ao golpe de 1964, o autor adapta o marxismo à realidade brasileira, “nacionaliza o marxismo” – conforme descreve Ricupero (1998). Abandona, assim, as teses sobre os países coloniais, semicoloniais e dependentes da III Internacional e, mais ainda, do PCB. Nesse sentido, o autor utiliza a dialética marxista de volta ao concreto, ao invés de tentar encaixar a realidade brasileira ao modelo. A relação do Brasil colônia com a metrópole é central na análise de Prado Jr. Uma das grandes discordâncias entre o autor e os marxistas do PCB se centrará no entendimento do primeiro de que o Brasil não está e nunca esteve em condição feudal. Para Caio Prado Jr., o Brasil estaria em transição de uma situação colonial e sociedade afim – não nacional – para o capitalismo. Isto é, o Brasil se encontrava em situação diferente dos países capitalistas desenvolvidos europeus, e dos coloniais e semicoloniais asiáticos e africanos. Isso significa que, ao contrário do PCB, Caio Prado Jr. acredita que o capitalismo sempre esteve presente no Brasil – chamado de grande empresa portuguesa. Para

o autor, o sentido do colonialismo foi um empreendimento comercial voltado para o mercado externo, baseado na economia agroexportadora de grande escala, fazendo uso de mão de obra escrava. O sentido aqui se encaixa na metodologia histórico-materialista, dado que é a partir desse entendimento que se compreende quem somos, ou seja, desvendando o sentido da nossa colonização, desvendamos o que éramos. É interessante destacar que o próximo autor a ser estudado, Fernando Henrique Cardoso, não concordará com essa ideia.

Prado Jr. lança mão da metodologia marxista para explicar a colônia e a grande exploração como totalidades – supremacia do todo sobre as partes. Isto é, o autor descreve como, a partir do sentido da colonização, o povoamento, a produção econômica, a sociedade, a política e a cultura do Brasil são organizados, demonstrando, entretanto, como a experiência brasileira é uma totalidade histórica, logo, um processo dinâmico (RICUPERO, 1998). Segundo o autor, a partir de 1808, se cria uma organização política própria do Brasil, desvendando a tensão entre a infraestrutura brasileira colonial e os aspectos políticos – a superestrutura da dialética marxista – que pressionam para se superar essa situação. Assim, a questão nacional aparece como central na análise do autor, podendo inferir-se que construir a nação e superar o colonialismo são o caminho para a revolução brasileira. Logo, colônia e nação não se dividem por traços temporais. Ainda, é interessante notar que o autor não coloca ambos os conceitos como antagônicos ou a colônia como um passado a ser esquecido, já que é a partir do passado que a nação será construída. Retoma-se a análise marxista de contradições e antagonismos, baseada em Hegel e a relação de tese-antítese, dado que a solução se encontra dentro do problema. Assim, apesar de criticar o passado colonial brasileiro, o autor não defenderá que este seja apagado pela revolução, uma vez que existem traços, ou seja, continuidades, na história brasileira deste colonialismo.

Quanto ao capitalismo, o autor segue a mesma metodologia já citada. Caio Prado Jr. não tentará adaptar o capitalismo de um país-modelo ao Brasil, já que essa perspectiva ignora os processos históricos que levaram à constituição do capitalismo. Segundo o autor, no Brasil, o capitalismo se desenvolveu de forma irregular e espasmódica, incapaz de ser acompanhado por todas as regiões do país, acarretando nas grandes distâncias (históricas) entre suas economias. Ainda, a questão da industrialização também distanciava Caio Prado Jr. e o Partido Comunista Brasileiro. Como o PCB defendia que as relações agrárias eram feudais – logo, sendo necessário quebrar essa estrutura para atingir nova etapa, mais próxima ao comunismo –, seus adeptos colocavam que o problema agrário era o grande inimigo da revolução, sendo a industrialização a solução. Contudo, Caio percebia que a industrialização só levaria o Brasil a uma nova forma de dependência, já que seria uma importação do modelo europeu de produção, não um desenvolvimento nacional. Dessa forma, o autor negava uma das principais bandeiras da esquerda brasileira, a necessidade de reforma agrária. Percebe-se uma clara aproximação do que o autor descreveu em 1966 com o que o Partido passa a defender a partir de 2005. A questão da industrialização será um ponto de convergência e divergência com relação à abordagem de Fernando Henrique Cardoso, o que será ensejado mais adiante dentro da análise desse autor.

Mais uma vez, em contradição com o PCB, mas em conformidade com Marx, Caio Prado Jr. nega o etapismo. Segundo o autor, de acordo com esta visão, o Brasil “haveria[m] necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar,

e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo” (PRADO JR., 1966, p. 33). Conforme já fora destacado, o autor negava a existência de feudalismo no Brasil, bem como a transposição da história europeia à realidade brasileira. Cabe lembrar aqui que Marx não utiliza a ideia de etapas, mas é associado a isso devido a sua parceria com Engels, o qual defende o etapismo no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Mais tarde, este conceito é adaptado por Stálin, e, a partir daí, influencia o Partido Comunista Brasileiro (ANTUNES, 2007). De acordo com o PCB, a burguesia brasileira seria responsável pela revolução que desencadearia o capitalismo brasileiro, rumo ao socialismo – penúltimo estágio no desenvolvimento da formação comunista. Esta ideia foi vigente no PCB desde sua criação, em 1922, até 2005, quando se entende que o capitalismo brasileiro é maduro, atingiu a fase monopolista e a burguesia está associada e subordinada ao capital estrangeiro e ao imperialismo, estando impossibilitada de atuar em qualquer processo de transformação social.

A mudança ocorrida recentemente no PCB reflete o pensamento de Caio Prado Jr. em *Revolução Brasileira* (1966) e, guardadas as proporções, a de Trótsky. Ambos defendiam que a burguesia não realizaria a revolução e que o futuro seria um dos extremos: ou o socialismo ou o fascismo (ANTUNES, 2007). Com essa afirmação, Caio Prado Jr. traz clara crítica a Celso Furtado e sua ideia de desenvolvimentismo com social, e ao PCB, já que, segundo o autor, não haveria um papel histórico para a burguesia. De acordo com Prado Jr., o homem não consegue se afastar dos fatos para analisá-los e direcioná-los para o melhor caminho, indo contra a esquerda brasileira que acreditava ser capaz de impulsionar a revolução – seja ela de natureza socialista ou democrático-burguesa. Novamente, o autor retoma a ideia de que é impossível tentar encaixar uma teoria na realidade e, a partir daí, dirigir os acontecimentos para que se desenvolvam de forma similar. Segundo o autor, é preciso se entender “o que se passa” (PRADO JR., 1966, p. 15) para então arranjar soluções para os problemas do momento. Isto é, Caio Prado Jr. defende a volta ao concreto, retomando a metodologia marxista ao invés de adaptar a história europeia à brasileira. Nesse sentido, o autor defende que a verdadeira revolução brasileira não está em aperfeiçoar modelos para se aproximarem de outro pré-estabelecido (já que não há ritmo, nem realização prefixada), mas “[n]a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta” (PRADO JR., 1966, p. 19). Para Caio Prado Jr., a revolução brasileira ainda está em curso. Dado que o autor privilegia a análise do modo de produção – interpretação marxista –, nem mesmo a chamada Revolução de 1930 pode ser considerada uma revolução de verdade. Contudo, é também aqui que o autor se distancia de Marx, visto que Caio Prado Jr. lança mão da dialética marxista para destacar as continuidades, enquanto, para Marx, o destaque é a transformação. É importante destacar a maneira com que Caio Prado Jr. incluirá a questão das classes sociais. Diferente da discussão em voga sobre determinismo racial, esse autor não discutirá a situação do Brasil a partir da situação racial ou da miscigenação, mas a partir da análise das revoltas. Dessa forma, “o povo” é incluído na interpretação do Brasil, isto é, traz-se a massa em detrimento do negro ou índio a partir de uma perspectiva bastante marxista. Em comparação com o próximo autor a ser analisado, nem Fernando Henrique Cardoso, nem seu orientador Florestan Fernandes abordaram o papel do povo brasileiro na extensão que o faz Caio Prado Jr.

Por fim, destaca-se novamente a obra mais crítica de Caio Prado Jr. pela esquerda brasileira de então: *A Revolução Brasileira*, de 1966. Escrita após o golpe de 1964, Caio Prado Jr. parece responder ao PCB que chegou a ver no golpe uma aproximação com seu ideal de união da burguesia industrial nacionalista com a classe trabalhadora. Contudo, essa ideia se provou falha, já que a burguesia se aliou não aos trabalhadores, mas à burguesia “entreguista”. Essa obra, então, condensa as teses do autor sobre a verdadeira revolução burguesa no Brasil, em um misto de esperança com o futuro e denúncia. Ainda que Caio Prado Jr. acreditasse no socialismo, o autor aceitava que este seria construído ao longo de um processo de mudanças (LEMOS, 2009). Conforme já fora destacado, diferente do PCB, Caio Prado Jr. acredita que a industrialização não é a solução para os problemas brasileiros, uma vez que a elite brasileira se associaria à elite estrangeira. Para esse autor, a verdadeira “evolução” acontecerá na transposição de uma economia voltada ao exterior, herança colonial, em direção à uma economia voltada para o doméstico. Assim, abandonaríamos o capitalismo colonial, agroexportador para nos tornarmos um país capitalista nacional industrial, onde os interesses da nação se sobrepõem (FONSECA, 2007). O Brasil estaria ainda em fase de transição, ou seja, a revolução estaria acontecendo de forma lenta e gradual. Segundo Prado Jr., em retórica bastante marxista, o Brasil deveria avançar em suas forças produtivas através da tecnologia. É dentro desse aspecto que o autor pensava a reforma agrária como retrocesso, já que o que o país necessitava era incorporar os trabalhadores do campo no capitalismo produtivo como consumidores e produtores.

3 O marxismo em Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique é considerado pupilo de Florestan Fernandes. Fez parte do grupo de estudos sobre O Capital, na USP e, assim como Florestan, vai utilizar ambos Marx e Weber, não percebendo contradição entre estes autores. Em conformidade com Florestan, funcionalismo e Weber são momentos do marxismo, o único com todas as etapas¹. Cardoso será crítico do PCB e também criticado por esse partido, assim como da URSS, e mais tarde, da Cepal.

Situados em um contexto histórico diferente de Caio Prado Jr., a questão que norteava os teóricos nas décadas de 1950 e 1960 era o porquê da estagnação econômica. E Cardoso tentará responder fazendo uso das teses da Cepal e da Teoria da Dependência desenvolvida por ele e Falleto. Diferente do cenário da década de 1930, o Brasil já se estabelecia como uma nação industrializada, e os “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek abria espaço para a penetração de empresas multinacionais, ampliando o parque industrial brasileiro. Assim, a tese do PCB que defendia traços feudais na economia brasileira perdia crescentemente o sentido. Com o golpe de 1964, a outra grande tese marxista de aliança entre trabalhadores e burguesia se esvaziava de sentido (BRESSER-PEREIRA, 2010). Assim, dentro da formação de Fernando Henrique Cardoso, destaca-se a influência de Caio Prado Jr. e seu marxismo heterodoxo com relação ao PCB. FHC era admirador das ideias de Caio Prado Jr., sendo responsável por tentar recuperar

¹ Dentro do marxismo, o funcionalismo estaria situado na primeira etapa de análise do concreto, quando se buscam os fatos no ambiente caótico. A análise weberiana estaria na etapa de abstração, a partir do método compreensível de tipo ideal. Por fim, o marxismo seria a última etapa de volta ao concreto.

o prestígio deste, chegando a escrever uma tese sobre o autor. FHC chega a defender Prado Jr. acerca da não utilização de fontes primárias. Cardoso diz ser isso um preconceito, sendo que Prado Jr. teria dado vida e uma interpretação ampla aos dados de outras pessoas, chegando a uma nova visão sobre o Brasil, visão essa muito admirada por ele (REIS, 1999).

Muito em voga na época dentro das análises marxistas estava a Teoria do Imperialismo. Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, o imperialismo não explica a dependência, já que os países são afetados por ele de maneiras diferentes. Nesse sentido, surge a Teoria da Dependência, privilegiando os arranjos institucionais e tentando explicar o crescimento da economia brasileira, apesar da estagnação prevista pelos adeptos da Teoria do Imperialismo. A “Teoria do Desenvolvimento Dependente-Associado” ou Teoria da Nova Dependência, de Fernando Henrique, aparece como crítica as outras teorias da dependência em alta na década de 1960, principalmente a Teoria do Desenvolvimento do Subdesenvolvimento, de André Gunter Frank. Para tal, Fernando Henrique e Enzo Falleto irão reformular o conceito de subdesenvolvimento utilizado até então. De acordo com o autor, o subdesenvolvimento não é um estágio ou, simplesmente, um não desenvolvimento, mas uma estrutura socioeconômica consequente da integração na esfera dos países capitalistas mais avançados, o que não significava, necessariamente, que o país deveria ser primariamente agroexportador, já que Brasil e México, por exemplo, possuíam indústrias. Dentro da sua teoria, os países latino-americanos passavam a integrar o sistema internacional como economias industriais-periféricas (BRESSER-PEREIRA, 2010; LEMOS, 2009). Nesse ponto, a teoria de Falleto e Cardoso se aproxima do marxismo clássico, já que ambos admitem uma posição de subordinação de alguns países com relação a outros. Isto é, para os autores, o imperialismo é estrutural. Entretanto, diferente do marxismo, Cardoso e Falleto serão extremamente críticos à ideia de superexploração defendida pelo PCB e por Caio Prado Jr. (LEMOS, 2009). Segundo esses autores, a mais-valia absoluta não é possível desde a década de 1950, mas sim a relativa, sendo por isso que seu livro inicia sua análise a partir daí.

Se, para Lênin, o imperialismo era a fase monopolista do capitalismo, para Cardoso, o imperialismo estava em nova fase e não era necessariamente monopolística e expansionista. Há um capitalismo monopólico internacional, e há uma nova forma de dependência. Dentro dessa lógica, empresas internacionais influenciam mais nas decisões nacionais, e os governos, por consequência, perdem sua autonomia, resultando na criação do termo “internacionalização do mercado interno” – principal característica do novo imperialismo. Assim, as forças externas não mais condicionam o desenvolvimento da periferia como no passado, mas passam a ser parte integrante dessa, buscando solidariedade “não só nas classes dominantes, mas no conjunto de grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc” (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 142). É importante destacar que estar na periferia do Sistema Internacional não significa estar excluído dele.

Essa ideia significou uma quebra com os marxistas clássicos e com a Teoria do Imperialismo, que colocavam o imperialismo das economias centrais como trava no desenvolvimento dos países mais pobres. Cardoso e Falleto vão defender que poderíamos ter desenvolvimento, mas isso não significava maior autonomia. Diferente de Caio Prado Jr., Fernando Henrique adéqua a visão do primeiro à sua própria ao afirmar ser possível o desenvolvimento dentro de um

contexto imperialista. Para Prado Jr., a soberania não deveria ser colocada em segundo plano em detrimento do desenvolvimento. Para este autor, o combate ao imperialismo exige intervenção do Estado na economia, afastando intervenção direta estrangeira e controlando contas externas, remessas de lucros ao exterior etc. O êxito levaria o Brasil a deixar sua posição colonial para a nacional (REIS, 1999). Aqui se destaca outra divergência entre os autores. Se, para Caio Prado Jr., o Brasil mantinha laços coloniais desde sua formação, para Fernando Henrique Cardoso, a dependência brasileira começa com a instalação de multinacionais no país. É importante destacar novamente que, para Cardoso, essa dependência que inicia em 1960 impulsionou a indústria brasileira. Em contrapartida, para Caio Prado Jr., o ingresso das multinacionais no Brasil trouxe um desenvolvimento limitado, confirmando sua tese de que o capitalismo no Brasil tende à estagnação ou ao subdesenvolvimento.

Em um primeiro momento, Cardoso terá uma concepção de desenvolvimento próxima a de Celso Furtado, no sentido em que defendia o desenvolvimento nacional autônomo. Em 1957, Cardoso já ligava a condição de superação do subdesenvolvimento de um país não apenas a índices econômicos, mas às condições políticas e sociais nacionais. O autor colocava a distribuição de renda no centro dessa discussão, já que, a partir dela, as massas tomariam consciência de sua situação nacional e internacional, ligando a superação do subdesenvolvimento à vontade dessas massas. Apesar de esta perspectiva ser bastante marxista, é interessante notar que, assim como Florestan, FHC é um marxista que exclui a participação do povo. Para estes autores, a elite é modernizadora, enquanto o povo é imediatista. Por exemplo, o povo considera que o salário mínimo e as férias são melhoria de vida, mas isso, segundo eles, é populismo, manipulação do capital. Para eles, em 1930, o capital sai vencedor, e, em 1964, novamente, há de se questionar, então, como pode o capital ganhar e perder ao mesmo tempo.

Sobre o desenvolvimento, em 1969, Cardoso, junto com Falleto, traz o processo de substituição de importações e o projeto nacional-desenvolvimentista – ambos os projetos tinham como objetivo o desenvolvimento nacional autônomo – para explicar o “dualismo estrutural” nas sociedades em transição, existente na América Latina, se afastando da ideia de imperialismo. A conclusão desses dois autores é a de que o desenvolvimento seria “o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico” (CARDOSO; FALLETO, 1973, p. 22). Dentro desse contexto, torna-se claro que a dependência é resultado do contexto internacional e do papel que é relegado ao Brasil, bem como da opção política das elites e grupos ligados ao poder que se associam aos grupos monopolistas internacionais. Retira-se, assim, o Estado do papel de agente modernizador em clara crítica à análise de Celso Furtado (Cepal) e se afastando de Caio Prado Jr. Ainda, diferentemente da Cepal, Cardoso analisará o Brasil a partir da perspectiva das classes – se aproximando da dialética marxista, além de ser crítico da visão dualista cepalina. Enquanto Fernando Henrique defende que é possível aliar capital estrangeiro e poupança externa à quebra da dependência, Celso Furtado acredita que não, uma vez que modernização difere de desenvolvimento e não acaba com o subdesenvolvimento. É importante destacar que, dentro de uma visão marxista, Cardoso é mais coerente, já que o crescimento capitalista inclui desequilíbrios, logo, crescimento

e desenvolvimento se igualam (FONSECA, 2007).

O autor ainda acreditava que o setor industrial é o “núcleo dinâmico” da economia brasileira capaz de trazer o desenvolvimento se o Brasil oferecer ao mercado externo um produto indispensável e se o mercado interno for fortalecido nesse processo. O inovador em sua obra está no entendimento de que pode haver desenvolvimento com dependência; o que existem são tipos de desenvolvimento dependente. Cada tipo traz delimitações e adaptações aos setores industriais os quais mantêm ou reformulam seus projetos. Aqui, Cardoso acaba por se aproximar do PCB. Conforme já destacado, o PCB acreditava que o agrário era o problema, logo, a industrialização era a solução.

Quanto ao papel desses empresários nacionais na continuidade ou quebra da dependência (para a interdependência), Cardoso e Falleto (1970, p. 143) concluem: “depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis, [...] da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível”. Nesse sentido, é interessante destacar o papel do empresariado brasileiro. A partir de estudos sobre o empresariado brasileiro e a indústria automobilística, Cardoso entendeu que a burguesia brasileira não era homogênea nem possuía um plano de desenvolvimento para o país, diferente do que era defendido pelo PCB. Assim como Caio Prado já defendia, a burguesia brasileira não é homogênea e combativa. Logo, não existia um projeto de desenvolvimento, nem líderes desse movimento. Para Fernando Henrique, a classe dominante se acomoda à situação de dependência e a seus privilégios, o qual marcaria o fato de a burguesia não poder ser considerada nacional por Caio Prado Jr., mas o será por Cardoso (BRESSER-PEREIRA, 2010). Conforme o supracitado, FHC se distancia das análises marxistas em voga, afirmando que o empresariado brasileiro (ou burguesia nacional) não desempenharia o papel histórico que se esperava, mas seriam pragmáticos, e estariam satisfeitos com a associação ao capitalismo ocidental. Ainda, frequentemente, se aliava a elites estrangeiras, o que levou, inclusive, aos investimentos de países centrais em países periféricos, impulsionando a reorganização da indústria nacional no caso brasileiro. Retomando Caio Prado Jr. na formação de Fernando Henrique Cardoso, esse autor já defendia que não existiria no Brasil uma sociedade nacional, já que a elite brasileira é associada à metrópole (FONSECA, 2007).

4 Conclusão

Ambas as interpretações descritas acima possuem o objetivo de não só analisar a construção social e econômica do Brasil a partir de uma perspectiva histórica, como também buscam desvendar o rumo do país. Para Caio Prado Jr., quebrar com o marxismo pregado pelo PCB era necessário para que os rumos do Brasil fossem pensados, retirando, assim, a inevitabilidade histórica, tese principal do partido, de sua análise. Para esse autor, não existem etapas, nem papel histórico para classe alguma. O Brasil, país consolidado como capitalista, deveria preocupar-se em construir uma nação autônoma com relação aos países desenvolvidos, e não seria a burguesia o motor dessa mudança. O país teria de desenvolver-se dentro do sistema

capitalista ao qual faz parte, reformando o sistema, a fim de quebrar com a estagnação ou capitalismo subdesenvolvido que o imperialismo lhe relegava.

Já na década de 1950, Fernando Henrique Cardoso propõe uma teoria alternativa. Fazendo uso da dialética marxista e weberiana, muito usadas na USP, Cardoso não se atém à questão histórica, tanto quanto em provar que os conceitos e teses acerca do imperialismo e da dependência em voga na época deveriam ser revistas. Assim, o autor, junto com Enzo Falleto, descreverá um Brasil capitalista e dependente, dentro de uma estrutura internacional de fato imperialista. Entretanto, esse imperialismo, ao contrário de Caio Prado Jr., não bloqueará o desenvolvimento econômico brasileiro, fato esse embasado na situação econômica do Brasil de então. O rumo que o Brasil deveria tomar seria o de se encaixar no Sistema Internacional e usá-lo a seu favor, não se importando com a soberania, mas com a superação da condição de subdesenvolvimento, isto é, o contrário do que defendia Caio Prado Jr. com sua ideia de superação do colonialismo pela construção da nação.

Para ambos, não há espaço para uma revolução burguesa, sendo que a elite se associa ao capital estrangeiro. Contudo, aqui também os autores divergem. Esse motivo acaba com qualquer superação pela ação das elites no sentido marxista do PCB. Contudo, para Fernando Henrique, essa associação levou à ampliação do parque industrial nacional, apesar de a dependência ser mantida, o que caracteriza a dependência-associada.

Referências

ANTUNES, Jair. *Marx e o último Engels: o modo de produção asiático e a origem do etapismo na teoria da história marxista*. Campinas: V Colóquio Internacional Marx - Engels, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/Jair_Antunes.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. São Paulo: *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *A dependência revisitada*. As idéias e seu lugar: Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

FONSECA, Pedro Cezar D. O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. Campinas, *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 1 (29), p. 1-43, abr. 2007.

Conexão Política, Teresina v. 3, n. 1, 95 – 105, jan./jul. 2014

LEMOS, Alexandre P. *A formação histórica brasileira: perspectivas marxistas*. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10583/6222>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Livraria Martins Editora, 1942.

———. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

———. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira". São Paulo, *Revista Brasileira de História*. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2013.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. São Paulo, *Revista USP*, v. 38, jun.ago. p. 64-77, 1998.